COMISSÃO DE ECONOMIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

PROJETO DE LEI Nº 6.523, DE 2002

Dispõe sobre a exploração de serviços turísticos e dá outras providências.

AUTOR: Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO

RELATOR: Deputado ALEX CANZIANI

PARECER VENCEDOR

Na reunião de 06/11/02 desta Comissão submeteu-se à apreciação de seus integrantes o parecer, elaborado pelo nobre Deputado Paulo Octávio, ao PL nº 6.523/02, que "Dispõe sobre a exploração de serviços turísticos e dá outras providências". Referido projeto preconiza que a concessão de licença para exploração de serviços turísticos, em suas várias modalidades, será feita pela Empresa Brasileira de Turismo (sic) – EMBRATUR, a partir do nível de qualificação de mão-de-obra empregada, cominando, ainda, ao Poder Executivo o prazo de 60 dias, contados da publicação da lei, para expedir o respectivo regulamento, em que se deverá estabelecer, inclusive, os requisitos para habilitação à concessão das licenças.

Em seu Parecer, o nobre Parlamentar concluiu pela aprovação do projeto em tela, argumentando que as exigências de um mercado turístico cada vez mais sofisticado e de uma concorrência cada vez mais acirrada pressupõem, dentre outros elementos, o fornecimento de serviços turísticos por empresas devidamente capacitadas. Neste sentido, o ilustre Deputado considerou apropriado vincular o exercício das correspondentes atividades à concessão de licença por parte da EMBRATUR nos termos da proposição. Apresentou, ainda,

emenda de forma a substituir a menção àquele órgão por uma expressão mais genérica, como

forma de contornar possível vício de inconstitucionalidade.

Muito embora respeitemos a posição do insigne Relator, cremos que a

concessão de licença para exploração de serviços turísticos por parte da EMBRATUR não

pode ser baseada no nível de qualificação da mão-de-obra empregada. Sem dúvida, este é um

fator essencial para o sucesso de empreendimento – aliás, de qualquer empreendimento, e não

apenas dos relacionados ao setor turístico -, mas que deve ser objeto de preocupação

exclusiva do respectivo empresário, e não do Poder Público. A este compete, ao contrário,

definir requisitos objetivos e impessoais para aquela concessão, referentes, por exemplo, às

instalações, ao histórico comercial de seus titulares, ou aos mecanismos de informação

disponíveis para os consumidores, dentre outros.

Por estes motivos, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº

6.523, de 2002.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em

de

de 2002.

Deputado ALEX CANZIANI

Relator

20961600.054